

Hospitalidade e a Evolução das Trocas Humanas: Economia de Mercado Ou Economia Primitiva?¹

Renata Soares Plentz²

Universidade de Caxias do Sul

Resumo

Este artigo propõe reflexões sobre as trocas de mercado para dar um contraponto entre o conceito mais primitivo da hospitalidade, o das trocas ritualísticas, culturais, sobre o dom e a dádiva e a fetichização das mercadorias e, conseqüentemente das relações de hospitalidade, mais especificamente no Turismo. Aborda também a influência da Revolução Industrial no pensar turístico e na sociedade até os dias atuais, sobrepondo o valor social das questões sobre hospitalidade turística por uma ótica econômica e capitalista.

Palavras - chave: economia; turismo; mercado; trocas; sociedade industrial; hospitalidade.

Introdução

A hospitalidade, em sua totalidade, engloba diferentes áreas do conhecimento, e por ser tão abrangente e de fundamental importância ao desenvolvimento do Turismo, não deve ser minimizada. A hospitalidade engloba trocas humanas, sejam elas de convívio ou de bens e serviços materiais e simbólicos entre o receptor e o acolhido, ou entre o anfitrião e o hóspede.

É possível ampliar a noção de hospitalidade, englobando a relação que se estabelece entre o espaço físico da cidade e seus habitantes, pois ela abrange não somente a acomodação, mas também a alimentação, o conforto e o acolhimento, proporcionando ao visitante uma sensação de bem-estar, ou seja, um conjunto complexo que envolve questões físicas, psicológicas e emocionais.

¹ Trabalho apresentado ao GT14 “Epistemologia e Pesquisa” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Mestranda em Turismo Universidade de Caxias do Sul – RS

Sendo a hospitalidade algo muito mais abrangente do que vem sendo denominada, ela se alimenta da própria relação estabelecida pelo contato entre seres humanos visitados/visitantes onde o eu supera e define o contato, como estudá-la apenas sob uma ótica mecanicista, simplificadora, de atendimento com qualidade ou ações de receptivo e infraestrutura hoteleira?

O padrão de organização do mercado de trabalho atual, na ótica de consumo e competitividade em que vivemos minimiza o sentido de valores como a solidariedade, a lealdade e a confiança, que passam a ser entendidos numa lógica diretamente produtiva e positivista. E isso se dá também nas relações de hospitalidade e Turismo, onde são entendidas como um “fenômeno econômico”. Muitas vezes em sua compreensão é esquecido o ponto de partida inicial, ou seja, o sujeito, os que recebem e os que são recebidos.

Como diz Leandro Lemos (2005, p. 202), “bens e indústria são categorias genéricas e totalizadoras difíceis de serem aplicadas ao turismo”. O autor explica que o espectro “econômico” é mais amplo que a análise descritiva do mercado de bens e serviços turísticos, onde o valor turístico é constituído pela produção humana em quase todas as suas formas de manifestação. Precisa de uma esfera mercantil, mas não se estabelece nela. Ou seja, um economista defendendo a idéia de que o Turismo realmente não é uma indústria como leigamente é colocado.

O conhecimento vem justamente para entendermos um processo, a teoria nos dá acesso a um melhor entendimento das coisas para conseguirmos compreender a realidade e ir em busca de melhores resultados. Por isso que se pretende analisar, mesmo que no momento simplificadoramente, o surgimento do mercado, a passagem dos valores de uso e de troca da mercadoria à sua fetichização, para compreender o porquê que o entendimento de hospitalidade e Turismo, que têm em suas bases as relações humanas, são reduzidos a uma ótica primeiramente economicista.

O discurso do Turismo, por aqueles que muitas vezes o regem são sob uma ótica economicista e de “desenvolvimento”. Já é fato que o processo de evolução industrial não trouxe o processo de “desenvolvimento” como se afirmava. Trouxe sim, um “desenvolvimento” para uns, longe de ser um desenvolvimento sustentável que englobasse a questão social, num todo.

As matérias publicadas em jornais e revistas parecem indicar que exista quase um consenso de que o turismo é um filão inesgotável de novas oportunidades e que pode ser desenvolvido na maioria das localidades, com um nível relativamente baixo de investimento, resultando em alta geração de empregos. Em um país com as riquezas naturais do Brasil, essas possibilidades seriam ainda maiores. Ano após ano, previsão após previsão, governo após governo, o turismo continua aparecendo como fórmula milagrosa capaz de superar os problemas econômicos de regiões onde outras atividades foram incapazes de promover o desenvolvimento. O fato de serem inúmeros os registros de casos de degradação ambiental, problemas sociais e econômicos causados pelo turismo não parece abalar o discurso oficial sobre suas potencialidades. (DENCKER, 2004, p. 15)

No Turismo há uma transposição de conceitos administrativos e econômicos, conseqüência do processo do desenvolvimento capitalista. Podemos notar no desenrolar da teoria do turismo ao longo das últimas décadas, o quanto é recente os autores que estão quebrando paradigmas de análise sobre o pensar do fenômeno, pois a corrente do desenvolvimento da “indústria do turismo” é uma concepção muito utilizada nas literaturas.

Lemos afirma que o objeto científico do turismo não se revela quando conceituado como indústria - “que é representada pelo conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação manual de matérias-primas, ou com o auxílio de máquinas e ferramentas geradas pelo turismo, no sentido de fabricar mercadorias” (2005, p. 77) - mesmo tendo atividades diversas indiretas e induzidas que atingem diversos setores da economia como a indústria e também a agricultura. O que ocorre, segundo o autor, não é uma crítica semântica, mas sim epistemológica.

Podemos pensar também que o problema no discurso do Turismo não necessariamente deve iniciar na discussão de sua teoria, pois é uma questão também ideológica, pois torna-se “lucrativo” rotular o turismo como vem sendo discursado. Há um interesse em não se avançar epistemologicamente, há um interesse econômico.

A atividade turística, segundo Lemos, é uma atividade de serviços, as parcelas do produto turístico não podem ser estocadas como na indústria, - como seria possível estocar lugares em um vôo?- em alguns bens turísticos encontram-se características comuns aos bens públicos, como o princípio da não exclusão, por exemplo, segundo o qual o consumo de um bem por um turista não o exclui do consumo de outros turistas. Outra justificativa que o autor coloca do Turismo não ser indústria é que os serviços, principalmente os

turísticos, acontecem por meio de contato direto entre os trabalhadores–produtores e consumidores-turistas, o que na indústria não acontece, ou seja, as relações humanas, segundo o autor, possuem uma importância extremamente significativa. Também quanto à capacidade de geração de empregos é diferente, pois a atividade turística, que é de serviços, tem uma capacidade muito maior do que a indústria de gerar empregos. O que ocorre também é que na indústria a evolução tecnológica se dá na substituição do homem pela máquina e, no turismo, pela inovação de atrativos das localidades. A definição do valor econômico para a indústria é também diferente para o turismo. Nos serviços, Lemos coloca que “elementos como a informação e o relacionamento humano (hospitalidade), em suas diversas esferas, assumem uma importância nuclear para sua definição.” (2005, p. 79). Quanto ao investimento e ao consumo, no turismo, são variáveis exógenas que são injetadas em um sistema econômico local, dinamizando-o, enquanto na indústria, somente o investimento aumenta a renda gerada, e o consumo deriva dessa renda. Ainda segundo o autor, um processo de produção industrial transforma o trabalho em mercadoria, absorvendo, nessa esfera, o valor para gerar lucro. No Turismo, além dos processos formais de trabalho mercantil, tem-se um processo amplo de agregação que envolve a produção humana material e abstrata por meio da historicidade espacialmente construída, da qual o capital se vale para obter maior realização de lucros. E por fim, o autor complementa que o sistema turístico é aberto e seus componentes são instáveis e voláteis, que neles existem processos de produção que geram o *tour* de outros segmentos sociais distantes, e que essa é a economia do turismo que deve ser conceituada e investigada.

Provavelmente, o termo “indústria do turismo” surgiu quando a indústria era o grande motor do desenvolvimento capitalista. Mas a realidade demonstra que a produção industrial vem diminuindo e a substituição do homem pela máquina, acelerando. O ritmo de crescimento das fábricas vem caindo e as sociedades modernas se encaminham para “sociedades de serviços”, nas quais a complexidade é múltipla e há maior potencial de geração de empregos. Todavia, nem mesmo a classificação como serviços revela os processos de reprodução do valor turístico, dado que sua órbita de criação não se restringe somente à esfera mercantil. A produção humana na sociedade *et large* não se limita ao cômputo dos mercados, e a investigação sobre o turismo não pode se limitar a eles. (LE MOS, 2005, p. 79)

Dentro das correntes que defendem o Turismo como fator social, Moesch se destaca consideravelmente por ter aprofundado estudos sobre a teoria do turismo, defendendo-o como um fenômeno científico e social.

Para Moesch (2000), o Turismo trata-se de um fenômeno que avança para além das questões comerciais e econômicas. A posição economicista significa um reducionismo em seu tratamento epistemológico:

Se o turismo for entendido como mera atividade econômica, sua análise passa a vir recheada de índices estatísticos, projeções de crescimento, planos e projetos em nível macro e micro, estudos de demandas, viabilidade econômica de investimento, custo benefício entre produção e consumo, limitando-se a uma análise aparente do fenômeno. (MOESCH, 2000, p. 12)

Segundo a autora, o epicentro do fenômeno turismo é de caráter humano, pois são os homens que se deslocam e não as mercadorias, impondo, dessa forma, complexidades ao esforço de uma argumentação sistemática dessa realidade. Quanto à produção do saber turístico, a autora coloca que, de modo geral e específico no Brasil, tem se constituído num conjunto de iniciativas iniciais pelo setor empresarial e menos nas academias. O saber turístico produzido, assim, é reduzido às informações e sistemáticas sobre o seu setor produtivo, permitindo, neste contexto, que o saber do turismo é um fazer- saber, e não um saber- fazer, ou seja, reproduz-se suas práticas sem teorizar e analisar com mais ênfase anteriormente. A interdisciplinaridade, fundamental à análise do turismo, como fenômeno social, cultural, comunicacional, econômico e subjetivo, avança as fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo do saber, pois o Turismo, segundo a autora, é processo humano e ultrapassa o entendimento como função de um sistema econômico:

Compreender a problemática do desenvolvimento crescente da atividade turística é relevante não só à medida que seus produtores, vendedores intermediários, consumidores continuam produzindo, vendendo e consumindo sem limites ou critérios, sem outro fim que o seu próprio benefício e a satisfação egoísta do consumidor, mas pela persistência do problema, disfarçado nas concepções implícitas destes conceitos. Essa postura, emergente de uma cultura de mercado capitalista, desconhece a essência do fenômeno turístico, o qual exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades visitadas, gerando

agenciamentos possíveis de ressignificação com a realidade, por meio da relação entre visitantes e visitados. (MOESCH, 2000, p. 14)

Torna-se clara a posição da autora quanto ao comportamento mercadológico determinista, que utiliza o Turismo como objeto de consumo no sistema econômico, desconsidera sua interdisciplinaridade, principalmente como relação intercultural entre os seres.

Na hospitalidade o mesmo ocorre. Quando se tem uma visão apenas de gestão sobre determinado aspecto, não conseguindo desvelar sua complexidade e avançar no seu entendimento, reduzimos suas ações. Se somente virmos a parte, e não esta parte no todo, ou seja, que nós fazemos parte deste todo, não se consegue avançar e contribuir para modificações mais humanas.

Não se pretende e nem se pode negar a importância de muitos aspectos advindos do “desenvolvimento” capitalista, mas a realidade atingiu determinadas proporções de desigualdades sociais e impactos ambientais, que só com o entendimento desse processo histórico e atual que poderemos avançar e tentar construir novos embasamentos.

A passagem do poder do Estado para as mãos de quem levava avante o desenvolvimento industrial e comercial não é de hoje. Esse processo só foi aumentando, pois mesmo em séculos anteriores o governo da coroa cedia lugar a classe de poder e desenvolvimento econômico. (POLANYI, 2000). Segundo o autor, a Revolução Industrial do século XVIII trouxe um considerável progresso nos instrumentos de produção, mas também se acompanhou uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns. Como define Polanyi: “Um moinho satânico que triturou os homens em massa, destruindo o tecido social.” (2000, p. 58). Um processo que poderia ter sido mais contido para salvaguardar o bem-estar da comunidade.

A arte de governar tradicional refletida de uma filosofia social dos antepassados foi esquecida pelos governantes da época pela ação destrutiva de um crescimento inconsciente. O liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial, diz Polanyi (2000), pois insistiu em analisar os acontecimentos sociais a partir de pontos de vista econômicos. Não se pensou, de forma mais ampla, nas comunidades da época, por uma visão de um progresso econômico não regulado, ocasionando, por exemplo, na Inglaterra,

com os cercamentos de terras comuns pelos “senhores” da época onde condados inteiros foram ameaçados pelo despovoamento.

Por mais benefícios que os cercamentos de terras trouxeram – pois nos lugares onde se continuou cultivando a terra não diminuiu o emprego e a produção de alimentos aumentou consideravelmente – é somente numa economia de mercado que esses efeitos podem ser tomados como certos. O “progresso” econômico foi feito à custa da desarticulação social, com violência pelos senhores e nobres que tomaram as terras a custo deste progresso.

Segundo Polanyi (2000), a idéia da economia de mercado e do mercado regulável surgiu quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade comercial. A produção realizada com máquinas especializadas tornou-se elemento propulsor do ato de compra e venda. O que ocorreu, segundo o autor, é que o mercador continuou a vender as mercadorias da mesma forma como já havia vendendo outras àqueles que dela precisavam. A diferença é que ele não adquiria mais já pronta, mas comprando o trabalho necessário e a matéria-prima. Isso foi resultando um novo produto, uma espécie de capitalismo industrial, seguido de importantes conseqüências para o sistema social.

Há uma transformação na sociedade implicando uma mudança na motivação do tecido social: a motivação de subsistência passa a ser substituída pela motivação do lucro. Todas as transações se transformam em transações monetárias. Todas as rendas devem derivar da venda de algo e sucessivamente, o que o autor chama de “sistema de mercado”

A transformação da economia anterior para esse sistema é tão completa que parece mais a metamorfose de uma lagarta do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. (POLANYI, 2000, p. 60)

Somando-se a isso a mentalidade se tornou: quanto mais máquinas mais rentabilidade, mais compra de matéria-prima e mais pessoas para abastecerem as máquinas. A produção das máquinas numa sociedade comercial envolveu a transformação da subsistência natural e humana da sociedade em mercadorias, ocasionando, como cita Polanyi: “a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu habitat”. (POLANYI, 2000, p. 61)

Há uma série de autores que abordam a questão da mudança dos valores da sociedade acarretada pelo “desenvolvimento” e visão economicista pós Revolução Industrial. Krippendorf (2000) foi um autor que defendeu idéias de mudanças da sociedade para um mundo melhor e para um turismo mais humano. Segundo sua visão, a economia reina, soberana, em nossa civilização, sendo ela força motriz do que nos cerca. A exploração dos recursos naturais, a escala de valores do homem e da política do Estado caiu sob seu domínio e a ela estão subordinados. O autor coloca que foi o progresso científico e técnico que lançou a sociedade industrial numa crise de sistema. Ele industrializou a economia do homem, ocasionando o que Krippendorf (2000, p. 20) chama de “O Ciclo do Crescimento”: mais produção proporciona mais trabalho, mais trabalho proporciona mais receita, mais receita permite mais consumo, mais consumo necessita de mais produção etc. Ou seja, um ciclo sem fim, onde a eliminação de resíduos é cada vez mais onerosa; é maior a despesa na luta contra a poluição do ar, da água, do solo, do ruído; mais acidentes de trânsito são causados; mais elevado é o número de doenças e dos hospitais; mais regamos os campos com produtos químicos e engolimos remédios, mais aumenta os ataques sofridos pelo ser humano; mais aumenta as falências públicas; quanto mais e, sucessivamente.

O sistema da sociedade industrial, cujo funcionamento foi tão perfeito durante um longo período, ameaça degenerar num círculo vicioso. O círculo mágico de outrora se torna uma serpente de duas cabeças. Uma das cabeças devora os recursos naturais sob a forma de matérias-primas e energia. A outra já começou a engolir o próprio rabo. Esta serpente devolve uma montanha crescente de detritos: matérias e energias que não podem ser recicladas, e que deixam de servir novamente de alimento à primeira cabeça da serpente. (KRIPPENDORF, 2000, p. 32)

Por essa caracterização que o autor afirma que a economia é que governou o sistema da sociedade industrial, incontestavelmente. Ela dita as regras e todo o restante é subordinado à ela: o uso dos recursos naturais, o sistema de valores dos homens, assim como a política de estado, ou seja, o homem e o ambiente à serviço da economia ao invés da economia ao serviço do homem e o ambiente sendo considerado como matriz para a economia e para o homem, exigindo assim, um maior grau de respeito e preservação.

O que tanto Krippendorf, como Polanyi defendem respinga no modo de viver e pensar da sociedade, assim, os lazeres, o turismo e a hospitalidade não constituem um

mundo separado, com leis próprias. Eles fazem parte de um processo e suas práticas são conseqüências do sistema social industrial capitalista, da organização e da civilização moderna dos seres humanos.

Karl Marx (2001) no início de sua obra *O Capital*, traça um paralelo entre as mercadorias, seus valores de uso e de troca com o dinheiro, no início de um momento da sociedade humana, que podemos chamar de Capitalista.

Para o autor, a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”. Os valores- de- uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca.

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e , portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. Qualquer mercadoria pode ser trocada por outras, nas mais diversas proporções. Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou.

O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias. O desenvolvimento histórico da troca desdobra a oposição, latente na natureza das mercadorias, entre valor-de-uso e valor. (MARX, 2001, p. 111)

O que se evindecia comum na relação de permuta ou no valor-de-troca é, portanto, o valor das mercadorias, e o que determina a grandeza do valor, para Marx, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de uso. O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca. Mas também coloca que valores-de-uso idênticos não se trocam.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (MARX, 2001, p. 68)

Evidencia também que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas ao, contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca. Daí ser esta a forma que primeiro relaciona as mercadorias, como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, valores-de-troca.

A forma geral do valor, que torna os produtos do trabalho mera massa de trabalho humano sem diferenciações, mostra, através de sua própria estrutura, que é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, evidencia que o caráter social específico desse mundo é constituído pelo caráter humano geral do trabalho. (MARX, 2001, p. 89)

Marx coloca que somente como valores-de-troca estabelecemos relações umas com as outras. O economista, o intérprete da alma da mercadoria, assim fala:

“Valor” (valor-de-troca) “é propriedade das coisas, riqueza” (valor-de-uso) “do homem. Valor, nesse sentido, implica necessariamente troca, riqueza não”. “Riqueza (valor-de-uso é atributo do homem; valor, atributo das mercadorias. Um homem ou uma comunidade é rico, uma pérola ou um diamante é valioso. (...) Uma pérola ou um diamante tem valor como pérola ou diamante.”

O valor-de-uso, para o autor, se realiza para as pessoas sem troca, por meio de relação direta entre a coisa e a pessoa, enquanto o valor só se realiza através da troca, isto é, por meio de um processo social.

A mercadoria é misteriosa, para Marx, por encobrir características sociais do próprio trabalho dos homens, e por essa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, “coisas sociais”, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. Isto é o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias, como Marx chama: o “fetichismo”, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias, ou seja, é inseparável da produção das mercadorias. (MARX, 2000, p. 94)

Polanyi (2000) aborda que o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana, pois embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica.

A história e a etnografia, ainda segundo o autor, conhecem vários tipos de economia, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados.

A descoberta mais importante em pesquisas históricas e antropológicas, segundo o autor, é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais.

Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas.” (POLANYI, 2000, p. 65)

O autor exemplifica utilizando o caso de uma sociedade tribal através dos estudos do antropólogo Malinowski nas ilhas da Melanésia Ocidental, como já apresentado anteriormente com Mauss, que, em termos de sobrevivência, o interesse econômico individual é raro, pois a comunidade vela para o sustento de todos e a manutenção dos laços sociais é fundamental, como explica Polany:

Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. Essa situação deve exercer uma pressão contínua sobre o indivíduo no sentido de eliminar do seu consciente o auto-interesse econômico, a ponto de torná-lo incapaz, em muitos casos (mas certamente não em todos), de compreender até mesmo as implicações de suas próprias ações em termos de um tal interesse. Essa atitude é reforçada pela frequência das atividades comunais, tais como partilhar do alimento na caça comum ou participar dos resultados de alguma distante e perigosa expedição tribal. O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestígio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio. O caráter pessoal nada tem a ver com o assunto... A execução de todos os atos de troca como presentes gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, deve explicar, por si mesma, a ausência da noção de lucro e até mesmo de riqueza, a não ser a que consiste em objetos que ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social. (POLANYI, 2000, p. 66)

A ausência de objetivo de lucro e remuneração do trabalho, a ausência do princípio do menor esforço, e, especialmente, a não existência de instituições com fins econômicos, nos faz pensar como que se garante a ordem de distribuição e produção nessas sociedades. Segundo os trabalhos de Malinowski, a resposta é dada por dois comportamentos: a reciprocidade e a redistribuição. O ocorre nas sociedades estudadas, como nas ilhas Trobriand, na Melanésia Ocidental, é que a sociedade é organizada pelo sexo das pessoas que fazem parte de uma família ou parentesco. A subsistência da família, mulher e filhos é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem assim, entregado o melhor de sua colheita, ganhará crédito pelo seu bom comportamento e, o princípio da reciprocidade atuará principalmente em benefício de suas mulher e filhos, compensando-o economicamente, por seus atos de virtude cívica. O amplo princípio das trocas de reciprocidade ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar.

Quanto ao princípio da redistribuição, o que ocorre é que uma parte de toda a produção da ilha é entregue ao chefe da aldeia que a armazena e redistribui igualmente e utiliza para as festas e rituais que toda a aldeia participa.

Segundo Polanyi (2004) essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo. O que ocorre é que o sistema econômico é mera função da organização social, onde a idéia de lucro é vetada.

O circuito Kula, na Melanésia Ocidental, com base no princípio da reciprocidade, segundo Polanyi, é uma das mais completas transações comerciais já conhecidas pelo homem e parte considerável da população das Ilhas Trobriand gastam seu tempo com o “comércio” kula, (o autor descreve como comércio, mas explica que não há envolvimento algum de lucro, as mercadorias não são acumuladas nem possuídas permanentemente) o qual todo o processo é regulado inteiramente pela etiqueta e pela magia, ou seja, o que domina não é a propensão à barganha mas à reciprocidade no comportamento social. O que ocorre no circuito kula é uma troca de colares e materiais preciosos que os moradores de uma ilha passam para outra, onde ocorrem diversas expedições organizadas no sentido a favor e contra os ponteiros de um relógio. A troca desses objetos pode levar anos e tem uma grande importância na passagem deles de pessoa para pessoa. No *plotlatch*, dos Kwakiutl

se torna ponto de honra o chefe distribuir as riquezas para os demais depois de exibi-las. Isso faz com que se crie um vínculo de obrigação e fazer dos que recebem seus apaziguados.

Conforme colocado por Mauss, e acentuado por Polanyi, todas as economias desta espécie, em grande escala, foram dirigidas com a ajuda do princípio da redistribuição. O reinado de Hammurabi, na Babilônia, o Novo Império do Egito, a antiga China, o Império dos Incas, os reinos dos Incas e também no feudalismo possuíam esse tipo de sistema “econômico”, no qual ocorreu uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo da redistribuição. Isso nos demonstra como a redistribuição tende a enredar o sistema econômico em relações sociais.

Segundo Polanyi (2000), a necessidade de comércio ou de mercados não é maior do que no caso da reciprocidade ou da redistribuição, que é o justamente aborda que Aristóteles defendia há mais de dois mil anos, no qual a famosa distinção que ele faz entre domesticidade propriamente dita e o ato de se ganhar dinheiro, no capítulo introdutório de sua política, “foi provavelmente o indicador mais profético jamais feito no campo das ciências sociais.” (POLANYI, 2000, p. 74), ou seja, Aristóteles insistia na produção para uso, contra a produção visando lucro, como essência da domesticidade propriamente dita, e por denunciar o princípio da produção que visasse lucro como “não natural ao homem” ele estava separando a idéia e sustentando-a de que os sistemas econômicos que antecederam os nossos, até o final do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade, redistribuição ou domesticidade. O lucro não ocupava lugar proeminente, mas sim os costumes, a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a seguir as regras de comportamento no seu funcionamento no sistema econômico.

Polanyi coloca que, a partir do século XVI, os mercados começaram a ser mais numerosos e ter uma maior importância. O sistema mercantil se tornou alvo de preocupação dos governos. Os regulamentos e regimentos eram severos e estava muito longe a idéia de um mercado auto-regulável e de que os mercados passariam a controlar a sociedade humana.

Um relato breve sobre a história do mercado, feito por Polanyi, torna-se importante para a compreensão do que ocorre na realidade. Os acontecimentos fazem parte de um

processo. Estudando o passado passamos a melhor compreender o presente e tudo o que nos cerca.

Segundo Polanyi (2000), a permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação. Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda. Também coloca que o que ocorre é que em vez da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.

Para o autor, a ausência ou presença de mercados ou de dinheiro não afetaria, necessariamente o sistema econômico de uma sociedade primitiva. Isto então desmistificaria a idéia pré-estabelecida (séc. XIX) de que o dinheiro foi uma invenção que transformava a sociedade, com a criação de mercados, forçando o ritmo da divisão do trabalho e liberando a propensão natural do homem à permuta, à barganha e à troca. Os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas sim fora dela. Complementando, Polanyi defende a idéia de que os mercados são locais de encontro para um comércio de longa distância, ou seja, que pelo resultado da longa distância, localização geográfica das mercadorias a origem do comércio se baseia numa doutrina externa, não relacionada com a organização interna da economia, com o por exemplo na obtenção de bens distantes, como a caça.

Embora as comunidades humanas nunca tenham deixado de lado, inteiramente o comércio exterior, esse comércio nem sempre envolvia necessariamente mercados. Em sua origem, o autor explica que o comércio exterior esteve sempre mais voltado à exploração, guerras, caça, aventuras e pirataria do que à permuta. Assim, ele é baseado, habitualmente no princípio da reciprocidade, e não da permuta.

Posteriormente, os mercados se tornaram predominantes na organização do comércio exterior, mas do ponto de vista econômico o mercado externo é completamente diferente do mercado interno e local. Além do tamanho eles se diferem por suas funções e origens. O mercado externo é uma transação e o que o envolve é a ausência de determinadas mercadorias numa região, assim tanto o mercado externo como o local dependem da distância geográfica, pois um é confinado às mercadorias que não podem superá-la e o outro às que podem fazê-lo.

Segundo o autor, nem o porto, nem a feira e nem o empório foi o pai dos mercados internos ou nacionais:

Por mais nebulosa que seja sua origem, ele nos coloca que essa instituição foi cercada por uma série de salvaguardas destinadas a proteger a organização econômica vigente na sociedade de interferência por parte das práticas de mercado. A paz do mercado era garantida ao preço de rituais e cerimônias que restringiam seu objetivo, enquanto asseguravam sua capacidade de funcionar dentro dos estreitos limites dados. O resultado mais significativo dos mercados – o nascimento de cidades e a civilização urbana – foi, de fato o produto de um desenvolvimento paradoxal. As cidades, as crias do mercado, não eram apenas as suas protetoras, mas também um meio de impedi-los de se expandirem pelo campo e, assim, incrustarem –se na organização econômica corrente da sociedade. (POLANYI, 2000, p. 82)

A agricultura era suplementada pelo comércio interno, que segundo o autor “um sistema de mercados relativamente isolados, inteiramente compatível com o princípio da domesticidade ainda dominante no campo. Polanyi coloca que, no estágio posterior à Revolução Industrial, a história da humanidade acarretou uma tentativa de estabelecer um grande mercado auto-regulável. A “libertação” do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas liberou o comércio do particularismo, porém também no mesmo momento acabou ampliando a regulamentação. Até então, o autor complementa, que o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais e, os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social.

Mesmo quando os mercados cresceram muito, como ocorreu sob o sistema mercantil, eles tiveram que lutar com uma administração centralizada, o que complementa o fato das regulamentações e do mercado crescerem juntos. O mercado auto-regulável era desconhecido.

Segundo Polanyi (2000), uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados, onde a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável, ou seja, ela é assegurada somente pelos preços. Toda a produção é para venda no mercado e todos os rendimentos derivam de tais vendas, ou seja, há mercados não somente para os bens da indústria

(serviços inclusive), mas também para o trabalho, a terra, e o dinheiro, sendo seus preços chamados de preços de mercadorias, salários, aluguel e juros.

Continuando, o autor complementa que, um mercado auto-regulável exige a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política e, nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens; entretanto, isso não implicaria a existência de instituições econômicas separadas, pois normalmente, afirma o autor, “a ordem econômica é apenas uma função da social, na qual ela está inserida.” (POLANYI, 2000, p. 92). A sociedade do século XIX foi propulsora da idéia da atividade econômica ser isolada e imposta a uma motivação econômica distinta.

Uma economia de mercado deve compreender, ainda segundo Polanyi (2000), todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. O que acontece, porém, é que o trabalho e a terra, nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades e o ambiente natural no qual elas existem. Por isso que o autor coloca que, incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado. Os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores e, esses mercados, que são numerosos, são interligados e constituem um grande mercado. Entretanto o autor nos coloca um ponto a ser analisado: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria, todavia eles não são mercadorias e nem podem entrar no mesmo parâmetro de que tudo pode ser comprado e vendido. Trabalho, para ele, é uma atividade humana que acompanha a própria vida. Terra é igual à natureza e não é produzida pelo homem, e o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e só adquire vida através dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para venda, por isso torna-se fictícia a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias.

Torna-se importante salientar a importância do estudo feito por Polanyi que “desmascara” o discurso do desenvolvimento econômico como sendo um desenvolvimento positivo para as sociedades. Para ele, “permitir que o mecanismo de trabalho seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade” (POLANYI, 2000, p. 94). A força de trabalho usada indiscriminadamente, conclui o autor, também afetaria o indivíduo humano e, a extrema artificialidade da economia de mercado

está enraizada no fato do próprio processo de produção ser gozado sob a forma de compra e venda:

Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico. (POLANYI, 2000, p. 95)

As transformações ao longo dos séculos foram grandiosas. O Turismo passou a ser analisado e entendido cada vez mais sob uma ótica mercantilista, ou seja, um negócio, assim também como a hospitalidade, reduzida do ato humano de encontro e acolhimento a um serviço de atendimento turístico.

O estudo dos acontecimentos passados e como se deu a organização das sociedades, bem como a evolução da economia humana se tornam importante para o entendimento das práticas da realidade. A hospitalidade não pode, obviamente ser idealizada por meio de uma sociedade que não tinha o interesse pessoal de lucro, como em algumas sociedades primitivas relatadas. Ao mesmo tempo, também não pode passar de um culto, de uma prática cultural e social para apenas relações comerciais, de mercado, como a compra e venda de mercadorias. Reduzindo sua concepção, reduzimos suas práticas. Como então, adequar o estudo da hospitalidade à realidade turística atual sem nos confrontarmos com as relações de trocas simbólicas e trocas mercantis?

A apreensão teórica das práticas de hospitalidade aponta um reducionismo no seu tratamento, onde a hospitalidade é sinonimizada à gestão hoteleira e ao atendimento com qualidade no setor turístico, limitando a compreensão da complexidade estabelecida no tempo de encontro entre visitantes e visitados.

Nem tudo é negociável no que diz respeito aos laços dos indivíduos. O ser humano é um ser social e precisa um do outro para sobreviver, o que implica acolhimento. Todos os seres foram hospitaleiros uns com os outros, todos puderam chegar até aqui. Nós fomos acolhidos pela natureza, pelos nossos pais e acolhemos aos outros necessitados filhos ou não. O universo continua a se expandir e criar ordens cada vez mais complexas, belas e carregadas de sentido porque todos somos hospedeiros, co-existimos e convivemos. Isso é fato, mesmo com a existência de tantas calamidades.

Referências bibliográficas

DENCKER, Ada de Freitas Maneti (Coord). *Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Thomson, 2004.

KIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Aleph, 2000.

LEMOS, Leandro de. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph, 2005.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. O ensaio sobre a dádiva. Cosac e Naify: São Paulo, 2003.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. 18. ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

MOESCH, Marutschka Martini. *A Produção do Saber Turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. São Paulo: Campus, 2000.